

Prefeitos fazem protesto contra medidas do pacote

Economia - Brasil
Grupo exige ajuda para dificuldades financeiras sob risco de romper parcerias com Estados e União

DOCA DE OLIVEIRA

BRASÍLIA – Representantes dos prefeitos vão hoje à tarde ao Palácio do Planalto para nova rodada de negociações com o governo federal. Eles pretendem externar a oposição ao ajuste fiscal e exigir uma solução para os problemas municipais, sob o risco de haver confronto entre prefeitos e governo. “Se não houver um acordo, a tendência é que a maioria dos prefeitos rompa as parcerias que mantêm com os Estados e a própria União”, afirmou o presidente da Confederação Nacional de Municípios, Paulo Ziulkoski. “Se eles continuarem fazendo ouvidos moucos, vai haver enfrentamento.”

Ontem, as entidades municipalistas iniciaram mais uma mobilização em busca de resposta concreta do Executivo à pauta de reivindicações formalizada em maio, quando foi realizada uma marcha a Brasília com a presença de mais de 3 mil prefeitos. Eles também querem preservar os cofres municipais do impacto de algumas medidas do ajuste. “A dedução do Cofins (*Contribuição sobre o Financiamento da Seguridade Social*) e da CPMF (*Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira*) do Imposto de Renda será outra sangria nos cofres municipais”, atacou o presidente da Associação de Prefeitos do Estado de Mato Grosso, Jair Benedetti.

“Vamos demonstrar nosso repúdio ao pacote”, disse o prefeito de Belo Horizonte, Célio de Castro. Para ele, as medidas de combate à crise impõem um “sacrifício sutil” aos municípios e “rompem” o pacto federativo. “O pacote é impossível, inadmissível e inaceitável.”

Os cerca de 1,2 mil prefeitos, de várias partes do País, que estão em Brasília, encerraram as conversas de ontem com um discurso afinado: a descentralização da gestão pública já é uma realidade – as três esferas dividem diversas atribuições –, mas está na hora de União e Estados repassarem os recursos necessários para que as prefeituras cumpram seu papel sem quebrar.

Reunião – No Planalto, o presidente da CNM e os líderes de outras entidades municipalistas vão reunir-se novamente com a comissão formada pelo governo para encaminhar o assunto. Liderado pelo ministro dos Transportes, Eliseu Padilha, o grupo inclui um enviado do Ministério do Planejamento, o secretário-geral da Presidência, Eduardo Graeff, e o secretário do Tesouro Nacional, Eduardo Guimarães. O presidente Fernando Henrique Cardoso não deve participar do encontro

à tarde. “Até agora, o governo não fez nada”, reclamou Ziulkoski. “A tendência é radicalizar”, reiterou.

Em maio, os prefeitos foram ao Planalto entregar ao presidente um documento pedindo

a renegociação das dívidas municipais – cujo total está estimado em torno dos R\$ 18 bilhões –; a elevação dos repasses no âmbito do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) dos atuais 22,5% para 33%; o repasse de 50% da arrecadação da CPMF para custear programas como o Piso de Atenção Básica; e a municipalização da arrecadação do Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores (IPVA).

O documento pedia ainda o restabelecimento da cobrança das taxas de iluminação pública e do Imposto sobre Venda a Varejo de Combustíveis, extinto pelo governo no ano passado. Os prefeitos reclamaram de estar pagando os custos de iluminação pública, reaquistando a briga com governadores.

DOCUMENTO
ENTREGUE EM
MAIO NÃO
OBTIVE RESPOSTA

05 NOV 1998

ESTADO DE SAO PAULO